



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE PSICOLOGIA**

NADIA SANTOS FERNANDES

**ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: VIVÊNCIAS LGBTFÓBICAS NA
UNIVERSIDADE NO MATO GROSSO DO SUL**

**Paranaíba, MS
2025**

Nadia Santos Fernandes

Entre silêncios e resistências: vivências LGBTfóbicas na universidade no Mato Grosso do Sul

Projeto de pesquisa apresentado à UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Paranaíba como condição para conclusão do curso de Psicologia.

Orientador: Dr. Gilson Gomes Coelho

Paranaíba, MS

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador Dr. Gilson Gomes Coelho por não desistir de mim durante esse percurso, que se mostrou não apenas um profissional exemplar, como também um ser humano admirável.

Agradeço às minhas amigas de longa data, cuja presença e amizade foram essenciais e, muitas vezes, me sustentaram de maneiras que talvez nem imaginassem. Às amigas de faculdade, registro minha gratidão pela leveza, pelas partilhas e pelas memórias construídas, que permanecem como parte viva desta jornada.

À minha família, agradeço por serem referência de valores, dedicação e amor, constituindo exemplos que desejo levar como guia em minha vida pessoal e profissional.

Por fim, agradeço ao meu companheiro, pelo amor constante, por sonhar comigo os meus sonhos e me incentivar a todo instante.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu irmão, mestres na arte de ensinar, que me mostraram que a educação é um caminho de transformação e esperança, à minha avó paterna, cuja memória me inspira; e à minha avó materna, que, mesmo na delicadeza do esquecimento, sempre permanece presente em meu coração.

RESUMO

O presente estudo qualitativo, teve como objetivo principal compreender as vivências LGBTfóbicas e as estratégias de resistência de estudantes da comunidade LGBT no contexto de uma universidade pública, situada no interior do Mato Grosso do Sul. O trabalho buscou, analisar os discursos que sustentam essa violência e identificar as formas de resistência possíveis. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, empregando entrevistas semiestruturadas com discentes da comunidade LGBT do campus. A análise dos dados foi realizada com o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso Francesa, que permitiu desvelar a relação entre discurso, ideologia e o contexto histórico. Os resultados apontaram que a LGBTfobia no ambiente acadêmico se manifesta de forma velada e naturalizada, refletindo as normas sociais e a lógica discriminatória da região. As falas evidenciaram que o silêncio institucional sobre sexualidade e a falta de informação funcionam como poderosos mecanismos de poder, delimitando o que pode ser dito e quem pode ser ouvido, o que reforça a heteronormatividade e restringe a expressão da diversidade. Em contrapartida, também emergem discursos de resistência e o desejo por transformação, materializados na demanda por ampliação do debate, capacitação de servidores e pela afirmação identitária. Por fim, as conclusões apontam que, apesar de a universidade reproduzir estruturas de violência, ela também se configura como um espaço de potência para a ruptura e reconstrução simbólica frente à opressão.

Palavras chaves: LGBTfobia, Discurso, Silenciamento, Universidade, Resistência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Informações das pessoas entrevistadas.....	16
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. OBJETIVOS.....	13
2.1.1. Objetivo específico.....	13
2.1.2. Objetivos gerais.....	13
3. MÉTODO.....	14
3.1.1. Participantes.....	14
3.1.2. Instrumentos.....	14
3.1.3. Análise de Coleta de Dados.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
4.1.1. Normas sociais e discursos de exclusão: a sustentação da LGBTfobia no contexto Acadêmico.....	17
4.1.2. Silêncio e ignorância como práticas discursivas: estratégias de poder e exclusão da diversidade.....	19
4.1.3. Necessidade e resistência: caminhos para o enfrentamento da LGBTfobia.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE A.....	31
APÊNDICE B.....	34

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade, enquanto dimensão fundamental da experiência humana, tem sido historicamente sujeita a múltiplas formas de repressão e controle social. Michel Foucault (1977) argumenta que a sexualidade não é simplesmente um aspecto natural do ser humano, mas um campo de saber e poder, no qual as normas sociais e os discursos institucionais exercem um controle significativo sobre as expressões sexuais. Desse modo, a repressão sexual, não se limita à proibição explícita de certos comportamentos, mas também se manifesta em práticas discursivas que moldam e regulam a sexualidade ao longo do tempo. Esse controle é evidenciado na forma como os discursos e práticas sobre sexualidade são moldados por instituições sociais, que frequentemente impõem normas e expectativas sobre o comportamento sexual.

Outrossim, por constituir um dos aspectos centrais da experiência humana, a sexualidade está intimamente relacionada à constituição da subjetividade, a psicologia compreende a sexualidade também como uma construção social e discursiva. Segundo Louro (2000), é necessário a “[...] compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política” (p. 5).

Aqui não se considera a sexualidade como algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano, nessa perspectiva Louro (2000) dialoga “Podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (p. 6), não há nada de exclusivamente natural, visto que é a partir de processos culturais que é definido o que é ou não natural, os corpos ganham sentido socialmente e as possibilidades de sexualidade são socialmente estabelecidas.

Durante a construção histórica da sexualidade, uma forma de expressão sexual é naturalizada, generalizada e colocada como referência para todos os sujeitos, a heterossexualidade é concebida como universal, como se todos os sujeitos tivessem uma inclinação inata a segui-la, desse modo, as expressões sexuais dissidentes são vistas como “anormal” e sofrem processos de silenciamento e exclusão (Louro, 2000). Nesse contexto, o termo heteronormatividade é utilizado em concomitância e/ou alternância com o termo heterossexualidade compulsória (Nardi e Machado, 2015).

Segundo Butler (2003), a sexualidade é um fenômeno historicamente e culturalmente construído no interior das relações de poder. Desse modo, não é possível concebê-la como algo natural, anterior ou exterior às estruturas sociais que a produzem. Isso evidencia que os modos

de viver e expressar a sexualidade são atravessados por discursos, normas e práticas que determinam o que é considerado legítimo ou desviante. Discutir sexualidade sob essa ótica significa abrir espaço para pensar subjetividades plurais e para promover uma formação crítica e ética, capaz de questionar as hierarquias de poder que regulam corpos e identidades (Butler, 2003).

Desse modo, reconhece-se a diversidade sexual como parte dos direitos humanos e destaca-se a necessidade de implementar processos educacionais que promovem a cidadania, como o reconhecimento e valorização da identidade de gênero e orientação sexual enquanto formas de combate a discursos e práticas discriminatórias, (BRASIL, 2012).

A educação por sua vez, deve cumprir os objetivos de formação de sujeitos sociais conscientes de seus papéis na vida pública. Isso implica uma formação de cidadãos-profissionais técnica e intelectualmente competentes e éticos. Dias (2018) afirma que em razão da grande volatilidade dos conhecimentos e da necessidade de constante adaptação do capital e do trabalho, é necessária uma forte formação da inteligência. O autor acrescenta:

A universidade não pode ser instrumento de regressões e destruições. Ao contrário, como uma instituição do conhecimento, juntamente com a formação integral dos jovens, compete-lhe preservar a natureza, que é patrimônio de todos e da qual todos fazem parte, como bem inalienável e fundamental para a vida humana (p. 746).

De acordo com o Ministério da Educação (2021) o ensino superior abrange as instituições que oferecem cursos de graduação e sequenciais de formação específica (BRASIL, 2021). Nesse contexto, a educação superior deve ser concebida como uma prática intencional e sistemática, direcionada não apenas à aquisição de conhecimentos técnicos e acadêmicos, mas também à modificação de comportamentos e formas de pensamento. Esse processo busca proporcionar aos estudantes uma formação integral e formar profissionais qualificados.

Portanto, no contexto acadêmico, reconhecer a sexualidade como uma construção social implica compreender que a universidade, como espaço de produção de saber, também participa da manutenção ou da contestação dessas normas.

Porém, mesmo na contemporaneidade, falar sobre sexualidade ainda carrega uma problemática, principalmente dentro das instituições de ensino. Os preconceitos de gênero e diversidade sexual tem ganhado destaque na mídia e nas ciências sociais, entretanto o sistema educacional ainda enfrenta desafios significativos para abordar efetivamente essas questões, (Garbarino, 2021).

Nas escolas, a institucionalização dos saberes sobre sexualidade implicou durante muito tempo, na inclusão de conteúdos sobre anatomia, fisiologia, saúde sexual, reprodutiva e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Segundo Garbarino (2021):

Ainda que seja isso um avanço, em matéria de oficializar o tema no contexto escolar, vários pesquisadores já realizaram uma leitura crítica do documento curricular, ressaltando a sua abordagem naturalista, com base em uma concepção biológica que deixa de lado a diversidade sexual e os valores socioculturais que permeiam o sexismo, não indo além da mera informação (p. 13).

Nessa perspectiva, são necessárias mudanças, ao abordar sexualidade no contexto acadêmico, não se deve apenas transmitir informações técnicas sobre anatomia e reprodução, mas também promover o respeito, à autonomia e o bem-estar das pessoas com sua sexualidade.

Tal instituição deveria ser responsável por garantir direitos, propagar respeito pelas diferenças e incentivar a pluralidade dos indivíduos, mas acaba se tornando cenário para exclusão, censura e repressão. Ademais, as instituições são diversas vezes responsáveis por consagrar padrões de gênero tidos como “naturais”. Segundo Louro (1997) para romper com tais práticas é necessário que haja uma problematização que lide com as múltiplas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia.

Recentemente, em 2024, foi lançada pelo Ministério da Saúde uma cartilha online “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, nesta é possível observar uma nova abordagem frente ao tema:

[...] falar de educação sexual hoje possibilita, para além de conhecer os aspectos do corpo e de prevenção quanto à saúde sexual, mostrar aos indivíduos que há uma maneira mais saudável e igualitária de viver ao refletir acerca de assuntos como a sexualidade, relações de gênero e diversidade (BRASIL, 2024, p. 5).

Mas, mesmo com avanços na área, a sexualidade está longe de ser vista pela sociedade como pauta indispensável para a formação de crianças, adolescentes e jovens e adentrar de forma efetiva no ambiente escolar. Vale ressaltar que abordar a temática dentro das instituições de ensino também é uma ferramenta para o enfrentamento de diversas violências experimentadas no meio acadêmico, entre elas a LGBTfobia.

Embora a sigla mais atual seja LGBTQIA+, a **sigla LGBT**, será utilizada ao decorrer do texto, essa se justifica, pois, ainda é usada em documentos oficiais no Brasil (BRASIL, 2018), e não exerce função de excluir nenhuma variação, e abrange tanto orientações sexuais quanto identidades de gênero.

Comentado [EG1]: Explicar atual

A LGBTfobia, por sua vez, pode ser compreendida como um fenômeno complexo, que opera como dispositivo de poder e dominação nas sociedades contemporâneas. De acordo com Coelho, Desidério e Rocha (2023, p.2), “A LGBTfobia é um dispositivo intencional e historicamente gestado no cerne das sociedades, com propósitos bem definidos; sendo assim, uma ideologia”. Essa ideologia sustenta-se na recusa em reconhecer identidades e orientações sexuais dissidentes, mantendo e legitimando um sistema de exclusão que privilegia a heterossexualidade e a cisgeneridade como únicas formas válidas de existência. Nesse sentido, a LGBTfobia se materializa em práticas cotidianas de discriminação, exclusão, inferiorização e violência, expressando-se tanto em ações explícitas quanto em atitudes veladas, enraizadas na estrutura cultural e institucional.

A violência praticada contra a população LGBT, aqui compreendida como atentados que visam causar danos, sejam eles físicos, psicológicos, materiais, simbólicos e institucionais a este grupo, isso acontece, pois, esses sujeitos não se encaixam no padrão heteronormativo imposto socialmente (Perassoli e Silva, 2022).

A universidade, como instituição inserida na sociedade, reproduz essas formas de violência ao não criar estratégias para combatê-la no ambiente acadêmico (Perassoli e Silva, 2022). Ademais, os autores também apontam o descaso da instituição em propagar conhecimento das políticas institucionais de igualdade e equidade de grupos excluídos socialmente, e evidenciam que apenas seu desenvolvimento não se mostra eficaz, considerando que essas permanecem distantes da realidade cotidiana da comunidade acadêmica (Perassoli e Silva, 2022).

Portanto, a LGBTfobia não se restringe a ações isoladas de preconceito ou falta de conhecimento, mas constitui um conjunto de mecanismos sociais e discursivos voltados à opressão e à marginalização de corpos e identidades para além da cisheteronormatividade. Nesse sentido, Miskolci (2012) destaca que as expressões de preconceito e violência contra pessoas LGBT não são eventos isolados, mas efeitos de uma ordem social que naturaliza a heteronormatividade e a subordinação das diferenças. Ao se reconhecer que a LGBTfobia está imbricada em processos históricos e sociais de produção de desigualdades, compreende-se que seu enfrentamento não pode ser reduzido a ações pontuais ou meramente punitivas.

Com o intuito de investigar as vivências LGBTfóbicas no ambiente acadêmico e caminhos para seu enfrentamento, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, com discentes de uma universidade pública de Mato Grosso do Sul, localizada em um município

brasileiro da região Centro-Oeste, situado no estado de Mato Grosso do Sul, com população estimada de 40.000 habitantes, de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2022).

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo procura contribuir para a compreensão das práticas discursivas relacionadas à LGBTfobia e caminhos para seu enfrentamento. Ademais, busca compreender de que modo o ambiente e as crenças do sujeito interferem em seu discurso, evidenciando como tais fatores se refletem nas relações escolares e nos processos de subjetivação. Desse modo, os dados obtidos permitem pensar em intervenções no campo da Psicologia Escolar, voltadas à promoção de um ambiente educativo mais inclusivo, acolhedor e sensível às diferenças, contribuindo para o enfrentamento de discursos e práticas discriminatórias, e para o fortalecimento de práticas formativas emancipatórias.

Diante disso, considera-se necessária a produção científica sobre o tema, tendo em perspectiva a formação de indivíduos como seres integrais, atravessados por questões de sexo e gênero. Portanto, é relevante para a comunidade científica e para a atuação profissional do psicólogo, pesquisas acerca dessa temática, pois como consta no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2022), o profissional deve contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e prática, além de basear seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

- Compreender as vivências LGBTfóbicas no contexto universitário de uma cidade de Mato Grosso do Sul, analisando os discursos que as sustentam, as formas de resistência e possíveis caminhos para seu enfrentamento.

Objetivos Específicos

- Identificar os principais discursos que produzem e sustentam práticas LGBTfóbicas no ambiente acadêmico.
- Analisar como o silêncio e a falta de informação operam como mecanismos discursivos de exclusão no contexto universitário.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa identifica como objeto de estudo as vivências LGBTfóbicas em uma universidade pública de Mato Grosso do Sul, e propõe caminhos para enfrentá-la. O estudo recebeu avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade de Mato Grosso do Sul que concedeu parecer favorável sob o protocolo n° 80684224.00000.0021 e parecer n° 7.060.076.

3.1.1. Participantes

Foram estabelecidos como critérios de inclusão para os participantes, fazer parte da comunidade LGBT e estar devidamente matriculado na universidade.

Desse modo, a pesquisa foi divulgada através do *Whatsapp* e via e-mail, ademais foi disponibilizado um formulário para que membros da comunidade LGBT pudessem preencher, com o intuito de obter informações prévias e contato dos participantes, além da divulgação geral da pesquisa a todos os discentes da universidade, os participantes que preencheram o formulário foram individualmente convidados a participar da pesquisa, por contato via *WhatsApp*, desses, treze estudantes manifestaram interesse em participar, foram agendadas datas e horários para as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos discentes.

Os pesquisadores informaram os participantes sobre os objetivos da pesquisa, bem como sobre o sigilo ético e profissional referente às informações e à identidade pessoal por eles fornecidas. De modo que os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento sem lhes causar danos e autorizando a gravação, a qual foi destruída após a transcrição das entrevistas. Para preservar a identidade dos participantes, foram atribuídos nomes fictícios a todas as falas apresentadas nas análises, de modo que não exista nenhuma relação com os nomes reais dos participantes, os pseudônimos servem apenas para fins de identificação no corpo do texto.

3.1.2. Instrumentos

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados um gravador de áudio e um roteiro de entrevista com questões de identificação: gênero, idade, orientação sexual, raça, curso em que os participantes estavam matriculados e 8 questões semiestruturadas. Desse modo, a entrevista semiestruturada foi adotada como instrumento, já que esta possibilita ao pesquisador explorar temas ou aspectos que se tornem relevantes à medida que a entrevista ocorre, pois há uma maior

flexibilidade permite que os entrevistadores reformulem perguntas, esclareçam dúvidas e confirmem o entendimento para garantir uma comunicação eficaz durante o processo de entrevista pois (Lakatos e Marconi, 2003). As perguntas foram elaboradas pelos pesquisadores com o intuito de compreender e desvelar as manifestações de LGBTfobia no meio acadêmico e os discursos que as sustentam.

Optou-se pelo método qualitativo, visto que sua natureza descritiva e subjetiva condiz com os objetivos da pesquisa, pois reconhece que as visões e práticas no campo variam em função das diferentes perspectivas e contextos sociais associados, indo de encontro com as pretensões do presente estudo, pois ao pesquisar acerca de vivências LGBTfóbicas e caminhos para seu enfrentamento na universidade, é necessário dar à luz a questões que atravessam tais concepções, como espaço geográfico que os participantes estão inseridos, assim como questões sociais, morais e de gênero. O foco principal recai sobre o objeto em análise como elemento decisivo na seleção de um método, e não o contrário. Os objetos não são meramente variáveis simplificadas, mas sim retratados de forma abrangente dentro de seus contextos cotidianos. Consequentemente, os campos de estudo não são situações artificiais criadas em laboratório, mas sim os engajamentos e interações práticas dos indivíduos em suas vidas diárias (Flick, 2009).

O método escolhido foi a Análise do Discurso Francesa (ADF), visto que esta vai muito além de apenas estudar a estrutura formal da linguagem, ela assume que o discurso é um fenômeno construído em condições de produção específica e foca na relação entre discurso, contexto histórico e ideologia, desse ponto de vista o enunciado nunca é neutro e sim condicionado pelas relações de poder e ideologias enraizadas na sociedade (Orlandi, 2012). Assim, ao estudar LGBTfobia, busca-se compreender como os discursos que circulam socialmente produzem e reforçam sentidos de exclusão, estigmatização e hierarquização das identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Conforme Pêcheux (1988), a análise do discurso busca compreender como essas formações discursivas refletem as posições ideológicas dos sujeitos, revelando os mecanismos de exclusão e controle que estruturam a produção de sentidos na sociedade. De modo que a metodologia oferece ferramentas para desvendar as condições de produção dos discursos LGBTfóbicos e como as ideologias se manifestam e são naturalizadas por meio da linguagem. Segundo Brandão (2007) a linguagem enquanto discurso não é meramente um domínio de signos para comunicação ou suporte ao pensamento, não é neutra, inocente ou natural interação e uma forma de produção social.

Nesse sentido, se pretende descortinar as ideologias presentes no campo da linguagem, revelando a intencionalidade do que se apresenta como não intencional, sobretudo nos discursos e práticas da LGBTfobia no meio acadêmico. A análise buscará identificar como essas manifestações se materializam nas falas, nos silenciamentos e nas representações construídas no contexto universitário, evidenciando as formas sutis e explícitas pelas quais a heteronormatividade se mantém como norma reguladora. Desse modo, a ADF oferece ferramentas teóricas para compreender não apenas o conteúdo dos enunciados, mas também as condições históricas, sociais e ideológicas que os sustentam, permitindo problematizar os sentidos que legitimam ou resistem às práticas discriminatórias no espaço acadêmico.

3.1.3. Coleta e Análise de Dados

A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2024, todas as entrevistas ocorreram de maneira individual com apenas os pesquisadores e participante presentes no momento referido. Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e, a partir dos dados obtidos, foram selecionados trechos que dialogam com o propósito do estudo. A ADF foi utilizada para desvelar os discursos e ideologias presentes na fala dos estudantes. De modo que a análise leva em consideração o contexto em que o sujeito está inserido, pertencentes a um grupo minoritário, atravessados por questões de sexo e gênero, além da faixa etária dos participantes e sua localidade geográfica.

Ao início da entrevista foi realizada a identificação dos participantes, com nome, idade, gênero, identificação e orientação sexual, como é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 1 - Identificação das pessoas entrevistadas

Ordem	Nome	Idade	Gênero	Identificação	Orientação Sexual	Cor
1	Diana	21	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Branca
2	Ester	20	Feminino	Cisgênero	Lésbica	Branca
3	Eva	19	Feminino	Cisgênero	Não sabe	Branca
4	Isabel	21	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Branca
5	Joana	24	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Negra
6	Jorge	21	Masculino	Cisgênero	Bissexual	Branco
7	Marcos	22	Masculino	Transgênero	Heterossexual	Branco
8	Mirela	19	Feminino	Cisgênero	Lésbica	Branca
9	Olivia	19	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Branca
10	Renato	19	Masculino	Cisgênero	Bissexual	Pardo
11	Roberta	21	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Parda
12	Sara	22	Feminino	Cisgênero	Bissexual	Branca

Fonte: dados do autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a transcrição e análises das entrevistas, foram delineados tópicos com temáticas principais: 1 “Normas sociais e discursos de exclusão: a sustentação da LGBTfobia no contexto acadêmico”; 2 “Silêncio e ignorância como práticas discursivas: estratégias de poder e exclusão da diversidade” e 3 “Necessidade e resistência: caminhos para o enfrentamento da LGBTfobia”. Esses tópicos fornecem uma visão das experiências enfrentadas pelos estudantes LBGT no contexto universitário, assim como estratégias para proporcionar uma vivência mais satisfatória neste contexto.

5.1. Normas sociais e discursos de exclusão: a sustentação da LGBTfobia no contexto acadêmico

O discurso LGBTfóbico se sustenta sobre o poder das normas sociais, que definem o que é aceitável, legítimo e “normal” dentro de um determinado contexto histórico. A fala do participante revela essa dinâmica: “*Tem preconceito, é velado*” (Renato), indicando que essa prática não desapareceu, apenas mudou de forma. O disfarce, nesse caso, funciona como estratégias de manutenção da norma, as formações ideológicas, conjunto de ideias, valores e práticas que moldam a visão de mundo de um grupo social (Pêcheux, 1988).

Continuando a análise da frase “*Tem preconceito, é velado*” (Renato), por mais que o participante se refira a violência enfrentada como “preconceito”, Coelho; Desidério e Rocha (2023) articulam que atualmente é insuficiente considerar a LGBTfobia apenas como preconceito. Dada a disponibilidade de informações, é inadequado atribuí-la meramente a noções preconcebidas ou à falta de conhecimento.

Na seguinte fala: “*Já ouvi falar de pessoas sendo tratadas com preconceito pelo jeito de vestir*” (Isabel), é possível identificar a presença dos estereótipos de gênero e sexualidade como marcadores sociais que regulam os modos de ser e de aparecer. As vestimentas, nesse contexto, tornam-se signos de leitura social, por meio dos quais se atribuem significados sobre masculinidade, feminilidade e orientação sexual. Os estereótipos, nessa ótica, servem como estruturas cognitivas simplificadas que permitem a categorização rápida dos outros, muitas vezes levando a julgamentos reducionistas e discriminatórios (França e Jairo, 2022).

A participante reforça o caráter estigmatizante ao relatar: *“Eu sempre ouvi falar que na universidade pública todo mundo é viado, principalmente no curso de psicologia”* (Olivia). Tal enunciado também manifesta a presença de estereótipos, que se transformam em discursos estabelecidos. As normas e convenções de gênero e sexualidade frequentemente levam à ocorrência diária de indivíduos sendo insultados como estranhos, esquisitos, anormais, gays, afeminados ou qualquer outro termo depreciativo semelhante (Miskolci, 2012).

Assim, as normas de gênero e sexualidade, historicamente instituídas, produzem discursos que classificam e hierarquizam as existências, estabelecendo fronteiras entre o que é considerado normal e o que é desviante. Segundo Louro (1997, p. 68), *“a homossexualidade é produzida como diferença, como desvio e, ao mesmo tempo, como ameaça à ordem estabelecida”*.

“Acho que o melhor é a conscientização, e também mostrar pesquisas que aquilo não é uma doença, porque tem muitas pessoas que hoje em dia ainda acham, mesmo que tenha informação, não vai atrás... então mostrar informação na cara das pessoas” (Mirela), essa enunciação evidencia o conflito entre o saber científico e o saber social, pois, embora haja informação disponível, as crenças normativas resistem e continuam a sustentar discursos patologizantes. Nesse contexto, a sexualidade é vista como um domínio sujeito a processos patológicos, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental, indicando a necessidade de intervenções terapêuticas ou de normalização (Foucault, 1977).

A mesma participante acrescenta: *“Por exemplo, as pessoas falam que preferiam que o filho fosse um traficante do que gay, aí a gente pensa que é uma coisa tão ruim que precisa compensar e provar que continuo sendo uma pessoa boa”* (Mirela). Essa fala é reveladora da violência simbólica que atravessa a identidade sexual, a marginalização e exclusão impostas a este grupo em diferentes instâncias sociais. A rejeição violenta de expressões de gênero ou sexuais que divergem da norma, é frequentemente precedida e até mesmo reforçada por um processo educativo heteronormativo (Miskolci, 2012). Ademais, examina a maneira pela qual as normas sociais determinam a demonstração de valor e moralidade a sujeitos que desviam do padrão, determinando quem é considerado um sujeito legítimo e quem é marginalizado (Butler, 2019).

Essa visão é ampliada em: *“Só reforça o que já acontece desde antes ou fora da faculdade, é como se a faculdade fosse mais um ambiente que isso vai acontecer”* (Ester), o enunciado aponta para a continuidade histórica de discurso e práticas violentas contra a população LGBT, que não se restringe ao espaço acadêmico, mas é reproduzido dentro dele,

conforme Seffner e Barzotto, (2024) “A escola não é um lugar à parte da sociedade. Ela reflete desigualdades, violências, ansiedades, divisões políticas, diversidade cultural e outras marcas sociais, políticas e econômicas do contexto em que está inserida” (p.10).

Em consonância deste pensamento: “*Morando aqui a muitos, muitos anos, é uma coisa que acontece não só aqui, tipo na cidade inteira*” (Diana), a fala revela além de práticas enraizadas, a porosidade entre o social e institucional, o discurso que atravessa fronteiras e se consolida através da repetição e da naturalização das práticas excludentes. Desse modo, compreende-se que os discursos discriminatórios não são fenômenos isolados ou limitados à experiência acadêmica, mas parte de uma rede discursiva de poder que atravessa o social e o institucional. Conforme Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns; ele se exerce em rede, e nas suas malhas os indivíduos não apenas circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação (1977, p. 122).

Após análise das falas, é possível compreender que as práticas discriminatórias não se originam de sujeitos isolados, mas se sustentam em uma lógica social que as legitima e reproduz, as normas sociais se impõe a todos, mesmo àqueles que jamais conseguirão atendê-las (Miskolci, 2012). Assim, as manifestações de LGBTfobia observadas no contexto acadêmico refletem a continuidade de estruturas sociais que ultrapassam os limites da universidade, reafirmando normas e hierarquias que regulam corpos e identidades.

Tais mecanismos de exclusão e normalização funcionam como efeitos do poder disciplinar descrito por Foucault (1977), que opera por meio de práticas cotidianas: olhares, discursos, silêncios, moldando comportamentos e subjetividades. Nessa perspectiva, a LGBTfobia não é apenas um fenômeno moral ou individual, mas um produto de relações de poder que atravessam as instituições, sustentando a crença de que há modos corretos, tido como “normais” e incorretos, “anormais” de viver e manifestar a sexualidade.

5.2. Silêncio e ignorância como práticas discursivas: estratégias de poder e exclusão da diversidade

O silêncio, a respeito da sexualidade não é neutro, na medida em que a ausência se instaura, ela reafirma a heteronormatividade. Quando a universidade evita abordar a sexualidade e as múltiplas expressões de gênero, ela vai em consonância ao discurso dominante,

focado no binarismo sexual. Foucault (1977) assume o poder como fundamentalmente responsável por determinar a lei relativa ao sexo, resultando em um sistema binário, onde o sexo é categorizado como permissível ou inadmissível, fazendo tudo aquilo que escapa a norma como invisível.

Desse modo, as falas: *“Nunca vi ninguém pesquisar sobre sexualidade”* (Marcos); *“Faltam espaços pra falar sobre isso aqui”* (Roberta), fazem referência ao espaço acadêmico em que os sujeitos estão inseridos, e elucidam a falta, ou seja, o silenciamento do tema da sexualidade e da diversidade dentro da instituição. O silêncio, nesse contexto, não se configura apenas como ausência de fala, mas como um discurso em si, a dinâmica de poder na sociedade inevitavelmente leva à censura, resultando no silêncio que acompanha a fala (Orlandi, 2012).

Assim, a ausência de discurso sobre sexualidade na formação universitária constitui um mecanismo discursivo de exclusão e deslegitimação dessa população, Lima (2021) destaca que ignorância cisheteronormativa começa por ignorar a desigualdade para ocultar a presença de alguém cuja existência desafia as crenças normativas dos outros.

Ademais, essa ausência mantém os indivíduos presos a imaginários binários, impedindo o surgimento de discursos alternativos, críticos e emancipatórios, observado em: *“Foram poucas matérias que eu vi, ou melhor, foram poucos professores que eu vi comentando alguma coisa fora da heteronormatividade, que foram professores que tinham uma relação direta, não dava pra fugir, tinha que falar”* (Jorge). Romper esse silêncio implica, portanto, abrir espaço para que novas interpretações sobre corpo e gênero circulem, rompendo o discurso normativo e transformando o ambiente acadêmico em um espaço de resistência (Butler, 2003).

As falas dos participantes revelam que a falta de informação sobre gênero e sexualidade não se restringe a uma ausência de saber, mas se configura como um modo de funcionamento discursivo que sustenta práticas de intolerância. Quando um dos entrevistados afirma: *“Em alguns momentos você vê que as pessoas desconhecem certas identidades, né... quando as pessoas me conhecem pela primeira vez, elas ficam me perguntando o que é não binário e eu tenho que ficar explicando o tempo inteiro”* (Eva), evidencia-se que o desconhecimento não é neutro, pelo contrário, ele produz efeitos de deslegitimação da identidade e reafirmação das normas sociais.

Nessa perspectiva, a falta de conhecimento atua como discurso, pois marca o limite entre o que é reconhecido e o que é excluído no campo simbólico. O que não se nomeia ou não

se compreende passa a ser colocado à margem, transformando a ignorância em instrumento de manutenção da ordem. Lima (2021) dialoga sobre em:

A ignorância cumpre um curioso papel moral e psicológico – seja por ser cúmplice das desigualdades naturalizadas ou por insistir na repetência do erro sem dar-se conta da norma (histórica e cultural) reproduzida na insistência (p. 158).

Além disso, a necessidade de explicação: *“Eu tenho que ficar explicando o tempo inteiro”* (Eva), indica que o sujeito precisa constantemente justificar a própria existência, o que revela a diferença das relações discursivas. Aquele que se inscreve fora da norma é colocado na posição de objeto de dúvida e esclarecimento, enquanto o outro, identificado com o discurso hegemônico, ocupa o lugar de quem detém o saber e o poder de validar. Para Brandão (2007) isso se sustenta, pois ao formular o discurso gerador de poder, se certifica que a criação deste seja regulada, estruturada e disseminada de maneira que não haja margens para questionamentos, eliminando qualquer ameaça à manutenção desse poder. Desse modo, o desconhecimento se torna estratégia de reafirmação da norma e sustentação do poder.

Outros participantes reforçam essa percepção ao afirmarem: *“Acho que ações conscientizadoras é uma boa pra começar, que nem no caso de pronomes que deixam as pessoas desconfortáveis”* (Diana) e *“Talvez instruir as pessoas que às vezes não têm tanto conhecimento sobre isso”* (Sara). Essas falas deslocam o olhar do problema da ignorância para a necessidade de educação e diálogo, evidenciando que a resistência se dá pela produção de novos discursos. Foucault (1977, p.71) afirma que “esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”, distribuídos de forma desigual, mas capazes de suscitar mudanças na sociedade.

A fala já analisada anteriormente, também vai de encontro com a falta de informação: *“Abordando mais o tema né, mesmo que o conteúdo não tenha vínculo, mas assim que possível poder abordar”* (Joana), esse enunciado sugere que a inserção da temática da diversidade e sexualidade em diferentes contextos acadêmicos, ainda que de forma transversal, é uma estratégia de enfrentamento, Mendonça; Diniz e Maia confirmam:

A reflexão sobre as diversas orientações sexuais pode contribuir para que repensemos a sexualidade a partir das questões do presente e do cotidiano, bem como de teorias que nos sintonzem com os desafios do presente e que possa nos comprometer com a construção de uma sociedade que reconheça o direito à diferença, para além da ideia de tolerância (2021, p. 3).

Conforme Louro (1997), as instituições de ensino reproduzem e legitimam as normas de gênero e sexualidade ao silenciar a diferença. No entanto, são também espaços onde a contestação e a resistência podem emergir, especialmente quando sujeitos deslocam o olhar e reivindicam outras formas de saber e existência. As falas dos participantes mostram que a intolerância se dá na falta de diálogo institucional, mas também que a informação e a escuta podem se transformar em estratégias de resistência discursiva.

Desse modo, a falta de informação, mais do que ausência de conhecimento, constitui-se como dispositivo de poder, pois define o que pode ser dito, quem pode falar e quem deve explicar-se. A intolerância, nesse contexto, não é efeito da ignorância isolada, mas do funcionamento ideológico da linguagem, que naturaliza o desconhecimento e o converte em exclusão, tendo a ideologia como conservação e resistência a mudanças (Brandão, 2007), portanto a ignorância se justifica sistematicamente um argumento de dominação e apagamento (Lima, 2021).

Assim, ao reivindicarem espaços de fala e ações de conscientização, os sujeitos produzem rupturas nos discursos de intolerância, transformando o não saber em possibilidade de diálogo e reconhecimento. Esse movimento não se restringe à contestação direta, mas implica a criação de novas formas de enunciação e visibilidade, que transformam o silêncio imposto historicamente às identidades dissidentes. Conforme Louro (2001), a inserção desses discursos na escola e na universidade reconfigura os modos de compreender o conhecimento e a diferença, tornando a educação um campo de disputa simbólica. A autora destaca que a escola deve ser tida como um lugar onde as identidades são criadas e perpetuadas, sendo também reconhecida como um espaço de resistência e contestação (Louro, 2001). Nesse sentido, os sujeitos que se expressam sobre suas vivências rompem com a lógica disciplinar que historicamente silenciou seus corpos e experiências.

Portanto, ao falar sobre a temática, os participantes ultrapassam as fronteiras do que pode ou não ser dito. O que antes era marcado pela ausência de reconhecimento passa a se configurar como campo de produção de sentido e de reivindicação de direitos.

5.3. Necessidade e resistência: caminhos para o enfrentamento da LGBTfobia

A resistência, segundo Fernández (2013), é concebida como um movimento político e coletivo de invenção que vai além de mera oposição ou negação. Desse modo, resistir é expandir

os limites do possível, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de existência e pensamento. Ademais, a autora argumenta que a resistência se constrói nas lacunas das normas e verdades estabelecidas, emergindo como potência transformadora frente aos processos de dominação e exclusão. Ainda acerca do conceito de resistência, Foucault (1977) afirma que está não é uma força que se opõe de fora, mas um movimento interno às próprias relações de poder, que as desestabiliza e possibilita transformações.

Nesse contexto, a resistência não se reduz a um ato individual, mas configura-se como produção coletiva, que desafia as estruturas hierárquicas e heteronormativas que sustentam desigualdades de gênero e sexualidade. Ao reconhecer a diferença como força criadora e não como desvio, se defende uma postura ética e política que rejeita a rigidez das identidades e abraça a pluralidade de modos de ser e existir.

No enfrentamento à LGBTfobia, a resistência revela-se fundamental, pois aponta para a necessidade de inventar práticas e discursos que desestabilizem as normas heteronormativas e produzam novas possibilidades de ser. Resistir, nesse sentido, é também afirmar a diversidade, promovendo rupturas com o que é socialmente imposto como legítimo ou natural. A resistência, portanto, torna-se um ato político e emancipador, capaz de transformar o sofrimento em criação e o silêncio em voz, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Outrossim, o discurso da necessidade aparece na fala dos entrevistados como demanda de ampliação: *"Seria muito importante expandir isso"* (Diana); *Jorge "Tem que ter mais pesquisas sobre isso"* (Jorge), essas falas elucidam a necessidade da disseminação da temática diversidade e sexualidade, como forma de garantir o local da existência destes sujeitos dentro de um espaço tradicionalmente homogêneo. Entretanto, onde há poder há resistência e, esta não se dá fora do poder, mas o interior deste (Foucault, 1977). Ao reivindicar visibilidade, os participantes transformam essa falta em um ato de resistência e existência.

Em *"Seria importante trazer isso para outros cursos também, nem que não seja por querer, a pessoa vai tá ali, ela vai ouvir e alguma coisa vai tocar ela"* (Marcos) se aborda a potencialidade da exposição do discurso como transformador, em outros termos mais simples, o contato com a temática já é visto como abertura para a consciência e reconhecimento da pluralidade. Ademais, a fala também demonstra desejo de ampliação discursiva, ou seja, de que a discussão sobre sexualidade e diversidade não permaneça restrita a pequenos grupos, mas se torne parte efetiva do cotidiano universitário, a fala de outra participante *"Abordar mais o tema mesmo que o conteúdo não tenha vínculo"* (Joana), também vai em consonância a isto.

“Pode partir do princípio de preparo dos profissionais primeiro, porque não adianta os alunos serem inclusivos entre si e os superiores não deixarem isso se expandir” (Marcos), nesse enunciado, observa-se a necessidade de capacitação dos profissionais, mas também as diferentes posições discursivas dentro da instituição: os alunos produzem sentidos de acolhimento, enquanto o corpo institucional, em parte, mantém discursos de silenciamento.

No conjunto das falas dos participantes, observa-se que a necessidade de transformação é atravessada pela falta institucional, a resistência, aqui, se dá pela insistência em nomear o que falta: falta de preparo, de diálogo e de espaços de fala. Como em *“Deveria ter algum tipo de treinamento e esclarecimento pra esses profissionais”* (Marcos) e *“Foram poucas matérias que eu vi, ou melhor, foram poucos professores que eu vi comentando alguma coisa fora da heteronormatividade”* (Jorge).

Onde há poder há resistência, os dois coexistem, o poder não possui natureza absoluta e unidirecional, ele se exerce por meio das relações dando espaço para a resistência (Foucault, 1977). Questionar normas de gênero diante de padrões opressivos e excludentes é uma forma de resistência. Essa resistência se manifesta por meio de pequenos gestos, escolhas, silêncio ou pela recusa em aceitar as normas impostas. Portanto, é correto afirmar que ao mesmo tempo que as instituições de ensino afirmam as normas, estas também criam condição para sua contestação, sendo um espaço de conflitos, resistências e disputas de significados (Louro, 1997).

Levando em conta as vivências LGBTfóbicas no meio acadêmico, bem como as necessidades e resistências identificadas nas falas dos participantes acima, torna-se imprescindível propor caminhos que possibilitem o enfrentamento dessas práticas. No contexto universitário, onde os discursos sobre sexualidade são frequentemente atravessados por silenciamentos e normas reguladoras, a promoção do diálogo e da reflexão crítica surge como uma ferramenta de resistência, capaz de tensionar as estruturas que produzem exclusão e desigualdade.

Nessa perspectiva, a universidade é estabelecida como uma das principais instituições na formação da juventude brasileira, desse modo, é entendido que deve favorecer o aprendizado crítico e autônomo destes jovens, o ensino, a pesquisa e a extensão devem auxiliar no processo de reconstrução do conhecimento (Mendonça; Diniz e Maia, 2021).

Embora os participantes desta pesquisa apontem a necessidade de ações mais pontuais, como mais pesquisas sobre a temática e campanhas de conscientização, compreende-se que tais práticas, quando não articuladas a um projeto contínuo, limitam seu alcance e potencial

transformador (Seffner e Barzotto, 2024). A efetividade do debate sobre gênero e diversidade requer uma abordagem sistematizada e institucionalizada, capaz de integrar o tema de modo permanente ao contexto acadêmico.

Compreende-se que o combate à LGBTfobia, não se restringe às mudanças individuais, mas necessita de transformação dos discursos que legitimam e incitam a exclusão e naturalizam as desigualdades. A efetividade do debate sobre gênero e diversidade requer uma abordagem sistematizada e institucionalizada, capaz de integrar o tema de modo permanente ao contexto acadêmico. Quando estruturada de forma planejada, ela possibilita a desconstrução gradual de estereótipos e a ampliação da consciência crítica. De acordo com a perspectiva pós-estruturalista de Louro (1997), a escola e a universidade são espaços de disputa simbólica, onde o conhecimento pode tanto reproduzir normas excludentes quanto promover resistência e transformação.

Butler (2019) reforça essa perspectiva ao afirmar que as normas de gênero produzem os corpos que governam, evidenciando que o enfrentamento à LGBTfobia no espaço acadêmico requer um processo educativo contínuo, que questione as normas e os discursos que sustentam a exclusão.

A respeito da sugestão dos participantes, quanto à necessidade de capacitação dos profissionais que atuam na realidade acadêmica, observa-se que essa proposta configura uma metodologia fundamental para o enfrentamento das práticas excludentes. Perassoli e Silva (2022) destacam a necessidade em munir esses indivíduos de conhecimentos bem estruturados e informações baseadas em evidências científicas para combater as práticas e discursos LGBTfóbicos, justificadas pela ignorância.

Ainda nesse contexto, é possível pensar em uma formação continuada para professores, voltada para o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento das práticas LGBTfóbicas. Gesser et al., (2012) propõem que esse processo de formação seja pautado em uma perspectiva ético-política de sexualidade e de educação inclusiva, o processo de formação de professores deve possibilitar o desenvolvimento de formas de pensar, sentir e agir em relação à sexualidade que empoderem e desafiem as normas legais, religiosas, morais e educacionais que discriminam os indivíduos.

Essas ações, articuladas ao campo da Psicologia Escolar e Educacional, fortalecem a promoção de um ambiente universitário mais plural e crítico. O conhecimento sobre a comunidade LGBT, disseminado pela instituição por meio de programas de treinamento, é crucial para a prevenção da violência (Perassoli e Silva, 2022).

O presente estudo aponta a educação como o principal caminho para o enfrentamento da LGBTfobia no âmbito universitário, ressaltando que seu impacto ultrapassa o espaço físico da instituição e pode exercer papel imprescindível na transformação das relações sociais em um contexto mais amplo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo esmiuçar as vivências LGBTfóbicas no ensino superior. A partir das falas analisadas, observou-se que a ausência de debates sistemáticos sobre gênero, sexualidade e diversidade em nesta universidade de Mato Grosso do Sul favorece a reprodução de discursos e práticas LGBTfóbicas no ambiente acadêmico. Nesse sentido, a educação emerge como um instrumento essencial para o enfrentamento dessas manifestações, pois promove o diálogo, amplia a compreensão sobre as diferenças e contribui para a formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma universidade mais justa e inclusiva.

A análise, fundamentada na Análise do Discurso Francesa (ADF), permitiu compreender que os discursos sobre sexualidade são atravessados por relações de poder e ideologia, refletindo tanto a reprodução de normas sociais quanto a emergência de movimentos de resistência. As falas dos participantes evidenciam que a sexualidade ainda é um tema silenciado no contexto universitário, marcado por silenciamentos e falta de espaços de discussão, o que dialoga com o pensamento de Foucault (1977), ao afirmar que existem múltiplos silêncios, parte integrante das estratégias que apoiam e cruzam discursos, em vez de um silêncio singular.

Os resultados indicam que o silêncio institucional em torno da sexualidade atua como discurso de exclusão, reafirmando a heteronormatividade e dificultando o reconhecimento da diversidade. Embora os participantes encarem a LGBTfobia como um preconceito velado, entendemos como práticas violentas intencionais sobre corpos que fogem do padrão hegemônico da cisheteronormatividade. Além disso, observamos uma naturalização de estereótipos demonstrando que, mesmo em espaços de formação crítica como a universidade, persistem estruturas discursivas que reforçam desigualdades e sustentam a LGBTfobia.

Verificou-se também que a falta de informação e de diálogo produz efeitos diretos na manutenção dessas práticas. O desconhecimento, longe de ser apenas ausência de saber, constitui-se como mecanismo ideológico, determinando o que pode ser dito e quem pode ser

ouvido. Entretanto, nas mesmas falas em que se evidencia a carência de informação, surgem demandas por conscientização, formação e abertura ao diálogo, o que revela a potência da universidade como espaço de resistência e transformação discursiva.

Recomenda-se que a universidade adote políticas institucionais de formação continuada voltadas para a diversidade sexual e de gênero, assegurando que docentes e servidores estejam capacitados para lidar com situações de preconceito e discriminação. Essa formação deve ter caráter permanente e crítico, e não apenas pontual, de modo a produzir mudanças efetivas na cultura institucional e no cotidiano acadêmico.

Sugere-se a ampliação de espaços de escuta e diálogo entre estudantes, docentes e técnicos, possibilitando que a pluralidade de identidades seja, não apenas reconhecida, valorizada e respeitada.

Durante a realização do estudo alguns entraves foram encontrados, os estudantes que participaram da pesquisa, representam uma pequena parcela, tendo em vista todos os universitários matriculados nos quatro cursos oferecidos na universidade, acreditasse que no campus existam mais estudantes pertencentes a comunidade LGBT, mas que não aderiram a pesquisa, porém, a não adesão destes, não descarta a possibilidade dos mesmos enfrentarem a LGBTfobia no meio acadêmico. Ademais, seria importante ampliar a pesquisa, de modo a incluir também os docentes, auxiliares administrativos e servidores da universidade.

Por fim, levanta-se a hipótese de que o enfrentamento efetivo da LGBTfobia requer não apenas ações educativas, mas também uma reconfiguração simbólica das relações de poder que atravessam o espaço acadêmico. Estudos futuros podem investigar como a resistência discursiva dos próprios estudantes LGBT se constitui como prática transformadora, e de que modo tais movimentos impactam as políticas universitárias e a formação subjetiva no ensino superior. Outrossim, abre caminho para pesquisas que explorem comparativamente como diferentes universidades lidam com a diversidade sexual, possibilitando o mapeamento de boas práticas institucionais e o desenvolvimento de políticas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SEDH, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação superior no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Política Nacional de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília: MMFDH, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora** [recurso eletrônico]. Universidade de Brasília - Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 32 p. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caminhos_construcao_educacao_sexual_transformadora.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO, Gilson Gomes; DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins; ROCHA, Luisa Pereira. **AFINAL, O QUE É A LGBTFOBIA?**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 34, p. 1115, 2023. DOI: 10.35919/rbsh. v34.1115. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1115. Acesso em: 12 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Codigo-de-Etica-Profissional-do-Psicologo_2022.pdf. Acesso em: 3 nov. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade em tempos de precarização e incertezas**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 23, n. 3, p. 736–753, nov. 2018. Disponível em: <SciELO>. Acesso em: [31, out de 2025].

FERNÁNDEZ, Ana María. **Las diferencias desigualadas: multiplicidades, invenciones políticas y transdisciplina**. In: TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira; RONDINI, Carina Alexandra; SOUZA, Leonardo Lemos de (org.). *Queering:*

problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 35–58.

FLICK, U. **Pesquisa qualitativa e quantitativa**. In: FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed-Bookman, 2009. p. 41-56.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

GARBARINO, M. I.. **O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância**. Cadernos Pagu, n. 63, p. e216316, 2021.

GESSER, M. et al.. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Psicologia Escolar e Educacional, v. 16, n. 2, p. 229–236, jul. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Paranaíba: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paranaiba/panorama>. Acesso em: 02 jun, 2025.

JAIRO, I.; FRANÇA, D. X. DE. **Os Estereótipos: Uma revisão Sistemática das Publicações Conceituais**. Cadernos de Psicologia, v. 2, n. 2, p. 20, 14 out. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Alef de Oliveira. **A ignorância cisheteronormativa**. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S.l.], v.14, n.22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22354>. Acesso em: [31, out de 2025]

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L.. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001.

MENDONÇA, Felipe Viero Kolinski Machado; DINIZ, Margareth; MAIA, Marta Regina. **Gênero e sexualidades no contexto da universidade pública: estudo de caso do Projeto Vidas - UFOP**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 7, p. e021027, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v7i0.8659104.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NARDI, H. C., and MACHADO, P. S. **Heteronormatividade**. In: FLEURY-TEIXEIRA, E., and MENEGHEL, SN. orgs. Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, pp. 160-162. ISBN: 978-85-7541-551-1. <https://doi.org/10.7476/9788575415511.0071>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. 2. ed. São Paulo: Pontes Editores, 1988.

PERASSOLI, Enayton; SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. **Saindo da “torre de marfim”**: a prevenção da LGBTfobia na universidade. [S. l.: s. n.], 2022.

SEFFNER, Fernando; BARZOTTO, Carlos Eduardo. **Tira gênero, bota gênero**: cultura escolar, diversidade e desigualdade. Revista Diversidade e Educação, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262077>.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "EXPLORANDO A LGBTFOBIA NO MEIO ACADÊMICO", realizada por Gilson Gomes Coelho e Nadia Santos Fernandes, ambos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Paranaíba/MS.

O objetivo central da pesquisa busca identificar os discursos LGBTfóbicos dentro da perspectiva de Michel Foucault (1979), compreendendo a LGBTfobia como um dispositivo que carrega em si ideologias guiadas pela estratégia de inclusão/exclusão. A pesquisa parte da hipótese de que a heterossexualidade compulsória e a cisgeneridade promovem a exclusão e a vulnerabilidade de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, ampliadas pela interseccionalidade de marcadores sociais como raça, gênero e orientação sexual. Com uma análise interseccional dos fenômenos, buscamos uma compreensão mais profunda das diferentes camadas de opressão e vulnerabilidade, contribuindo para intervenções mais eficazes e inclusivas. O presente estudo, ao compreender como se dão as relações no meio acadêmico, visa identificar se esses processos ocorrem na universidade federal, em Paranaíba.

Acreditamos que este estudo seja importante porque visa esclarecer o que está por trás dos discursos e quais práticas LGBTfóbicas ocorrem, de maneira mascarada, no meio acadêmico. Sendo assim, ao aceitar fazer parte desta pesquisa, você será convidada(o) a participar de uma entrevista com os pesquisadores sobre o tema. A entrevista será realizada nas salas de atendimento do Serviço-Escola de Psicologia "Carolina Martuscelli Bori", no dia e horário combinado entre as partes, respeitando a sua conveniência e os critérios de privacidade, com duração aproximada de uma hora, sendo que se necessário será agendada nova entrevista para que o objetivo seja atingido.

A entrevista será gravada apenas por um gravador de áudio, sem conter imagens, e o seu conteúdo transcrito e analisado, isto para que a transcrição do conteúdo seja exata e que não haja perda de nenhuma informação relevante. Após a transcrição da entrevista a gravação será destruída. Você tem garantido o direito de não aceitar

participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

A pesquisa segue as exigências éticas legais para a realização de pesquisas com seres humanos. Você não terá nenhum ônus ou ganho financeiro por participar dela. Os pesquisadores assumem a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Garantimos o ressarcimento de eventuais gastos decorrentes da pesquisa. O projeto manterá os dados da pesquisa em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa.

Os benefícios que a pesquisa pode gerar dizem respeito a contribuições teórico-práticas para diferentes áreas de conhecimento, sobretudo os campos da educação e das políticas sociais na sociedade.

Você pode sentir desconforto durante as entrevistas, uma vez que o tema abordado é sensível e pode atingir aspectos subjetivos. Para abrandar os desconfortos, os pesquisadores garantem tomar as providências necessárias, incluindo seu direito de desistência a qualquer momento, sem que isso lhe cause quaisquer prejuízos. O sigilo das informações e de sua identidade serão assegurados através da atribuição de nome fictício para todos os participantes. Além disso, será oferecido um momento de escuta e acolhimento para amparo psicológico.

Como benefícios, acredita-se que a pesquisa possibilitará a construção de redes de apoio dentro da comunidade acadêmica, como coletivos, promovendo o reconhecimento mútuo e o desenvolvimento de respeito e solidariedade com e entre as diversidades. Outros aspectos positivos podem ser gerados uma vez que você estará contribuindo para o avanço do conhecimento científico, melhoria do ambiente acadêmico e possibilidade de desenvolvimento de políticas e ações interventivas que atendam às necessidades específicas da comunidade acadêmica, beneficiando você e os demais membros da instituição. Você terá acesso aos resultados e discussões da pesquisa, o que pode contribuir para o aumento do conhecimento e engajamento com questões relacionadas à LGBTfobia e interseccionalidade.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assim você poderá entrar em contato com os pesquisadores em qualquer situação relacionada à sua participação ou quando julgar necessário pelos endereços:

Câmpus de Paranaíba – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Av. Pedro Pedrossian, 725 – Jd. Universitário - Paranaíba – MS - CEP 79.500-000. Telefone: (67) 3669-0117, e-mail: gilson.gomes@ufms.br.

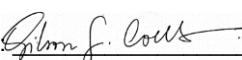
Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias “Hércules Maymone” – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS. e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 3345-7187; atendimento ao público: 07:30 às 11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino.

Nome por extenso:

RG:

Paranaíba – MS, ____ de _____ de ____

Assinatura/rubrica:

Assinatura 

Pesquisador: Gilson Gomes Coelho

Contato telefônico: (63) 99227-0669 **e-mail:** gilson.gomes@ufms.br

INSTRUMENTO DE PESQUISA

APÊNDICE B: Roteiro de perguntas para entrevista com acadêmicos

1. Qual é a sua idade?
2. A respeito das políticas da universidade sobre diversidade e inclusão, como você as percebe em prática no campus?
3. Quais são suas impressões sobre o ambiente acadêmico em relação ao respeito à diversidade sexual e de gênero?
4. Se a experiência a seguir já existiu, diga quais foram as situações de discriminação ou preconceito relacionado à orientação sexual ou identidade de gênero que você já soube, presenciou ou vivenciou no campus.
5. Como essas experiências ou observações impactaram seu bem-estar e desempenho acadêmico?
6. Você sente que há um espaço seguro no campus para discutir questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero?
7. Quais ações ou políticas você acredita que a universidade poderia adotar para combater a LGBTfobia no campus?
8. Como você acha que os professores e a administração podem apoiar melhor os estudantes LGBTQIA+?
9. Há mais alguma questão que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência ou sugestões para melhorar o ambiente acadêmico?